

GENI MARIA DA SILVA ARAÚJO



# A Natureza Humana em Rousseau

RUBIATABA --- 2001

GENI MARIA DA SILVA ARAÚJO



## A NATUREZA HUMANA EM ROUSSEAU

Monografia apresentada como exigência para conclusão do curso de Filosofia da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, sob a orientação do professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

30746  
5aov

Tombo n°	7122
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	28.02.03

RUBIATABA --- 2001

## Mensagem

De tudo ficaram três coisas:  
A certeza de que  
Estava sempre começando,  
A certeza de que era  
Preciso continuar  
E a certeza de que seria  
Interrompido antes de terminar.  
Fazer da interrupção um caminho novo,  
Fazer da queda um passo de dança  
Do medo, uma escada,  
Do sonho, uma ponte,  
Da procura, um encontro.

Fernando Pessoa

## **Dedicatória**

Agradeço a Deus, pois, ele é a fonte e luz de todo o nosso progresso. Com carinho a todos os nossos professores, em especial, Pe. Joaquim, Paulo Henrique, Enilton e Lourenzo, que tanto nos ajudaram neste projeto. Os nosso sinceros agradecimentos.

Com especial carinho, a todos os meus familiares ao meu esposo Adelino e filhos: Diego e Danilo e àqueles que encontramos em nosso caminho e conosco constituíram um sonho abrindo mão de momentos de convívio. E sofrendo a nossa ausência quando o dever e o estudo nos chamaram. Aqueles que muitas vezes nos receberam com silenciosa mágoa ou muita revolta, que pela nossa ausência, quer por simples saudade ou impaciência. Aqueles que vêm com alívio este fim de etapa e por mais que queriam demonstrar, estão tão felizes quanto nós, nosso reconhecimento, pois amaram o suficiente.

---

# Sumário

---

Introdução.....	01
A Natureza Humana em Rousseau.....	03
A Natureza Humana e o Homem Natural.....	07

## I CAPÍTULO

O homem natural.....	11
----------------------	----

## II CAPÍTULO

O Homem Civil.....	18
Apêndice .....	40
Jean-Jacques Rousseau.....	41
Conclusão .....	42
Referências Bibliográficas.....	46

---

# Introdução

---



presente trabalho busca ressaltar a visão que Rousseau apresenta sobre o estado natural do homem civil, juntamente com a proposta sugestiva de como educar uma criança.

Tenta-se mostrar a condição primeira do homem em paralelo ao homem já corrompido pela sociedade. Encontra-se nestes registros as formas de união entre um macho e uma fêmea no estado natural assim como o surgimento das línguas. Questiona-se à visão de Rousseau, a questão da família partindo do processo em que a humanidade entra na era patriarcal, enfim a família como sociedade primeira e natural.

Evidencia-se as condições que forcem o homem a deixar sua desnaturação, isto é, sair do seu estado de natureza, deixar de ser limitado para ser evoluído. Quais foram as descobertas a partir deste estágio do homem, como também, os males que foram surgindo.

Ressalta-se o rompimento da igualdade que foi inserida juntamente com a propriedade, quando o homem tendo cercado um pedaço de terra e tomado posse dele, não havendo quem contestasse.

A ambição, como causa de desigualdade, e os riscos que o homem corre para alcançar uma condição de superioridade. É aí que se dá a questão do rico, dada vez mais rico e do pobre, cada vez mais pobre.

Apresenta-se também neste trabalho, as três formas de governo analisados por Rousseau que são: democracia, sendo o melhor de todos os governos, aristocracia e hierarquia.

Enfim, faz-se uma abordagem geral, na visão de Rousseau, considerando suas afirmativas, sobre a educação sobre sociedade, sobre homem em si em seu estado natural devidamente aliado à natureza como também o homem em seu estado atual, evoluído, corrompido pela sociedade e sujeito das ações que o destróem.

---

**A Natureza Humana  
em Rousseau**

---

**J**ean-Jacques Rousseau (1712-1778), nasceu em Genebra, no dia vinte e oito de junho. Orgulhava-se de sua origem genebrina, porém recebeu influências de Paris e da França.

Tinha respeito pela França, uma vez que sua família era de origem francesa. Possuíam pequena fortuna e conseqüentemente eram pequenos burgueses, pertenciam a uma família de relojoeiros.

Tendo perdido sua mãe Suzanne uma semana após o parto, foi criado pelo pai Isaac, este era um tanto despreocupado e instável. Teve um irmão que se chamava François, mas não chegou a conhecê-lo, pois era desaparecido.

Suzanne era de família mais importante que Isaac. É mencionada por Rousseau com muita emoção. Desenhava, cantava e lia.

Nos primeiros anos de sua vida, sua educação foi de permissão e prazeres. Desde muito cedo aprendeu a ler, lia com seu pai horas após horas a coleção de romance deixada por Suzanne, e foi através desta coleção que tirou a primeira parte de sua educação. Ao esgotar estes livros teve como ampliar e diversificar sua leitura na biblioteca do avô.

Freqüentou com indiferença poucos anos de escola formal, a qual não conseguiu modificar o seu caráter, formado desde cedo.

Após um desentendimento com um capitão francês, teve que abandonar Genebra em 1722, retornou-se com 12 anos, empregou-se como menino de recados, e com este ofício aprendeu mais de fraude, negligência e desonestidade do que propriamente a profissão em si. O tabelião dispensou-o do trabalho por não ter capacidade. Depois, por brincadeiras falsificava medalhas, as quais eram dadas de presente aos amigos, foi descoberto e punido. Quando mais tarde, sedento somente aos caprichos do sentimento, tornou-se um vagabundo comum. Permaneceu desta forma por muitos anos e assim reforçou seu amor e seu conhecimento pela natureza.

Em Annency, perto de Genebra conheceu Louise Warens, que foi sua mãe, amiga e amante. Depois de ter ficado algum tempo na casa de Louise, aos dezessete anos, tornou-se seminarista. O instrutor de Emílio foi produzido tendo como fonte de inspiração esta sua estadia no seminário.

A música era uma de suas grandes paixões e se dedicou a aprendê-la. Percorre algumas cidades e em uma delas tenta empregar-se como músico, mas com o nome falso, em outra trabalhou copiando música; depois trabalha para o rei como secretário.

Em 1737 adoeceu e se retirou, juntamente com a Sr<sup>a</sup> de Warens para o campo com o propósito de restabelecer sua saúde. Nesta ocasião refletiu sobre religião e se dedicou aos estudos: lê Leibniz, Looke, Malenbranche na filosofia, estuda também geometria, história e geografia.

Não obtendo melhoras em sua saúde, acreditou ser uma doença do coração e viajou para se tratar. Durante este período assistiu a uma peça de Voltaire teve um caso com Larnage e esqueceu Louise.

A partir de 1741, fixou em Paris amizade com Diderot. Consegue apresentar seu método na academia, a qual apresenta objeções. Tanto Rousseau quanto Diderot tinham a mesma idade.

Algum tempo depois auxilia Diderot e d'Alembert, redigindo toda parte musical sem remuneração o dicionário Enciclopédico. Em 1749 participou de um concurso proposto pela Academia de Dijon, com a tese: "Contribuiu a restauração das ciências para a pureza ou para a corrupção dos costumes?"<sup>1</sup>

A resposta foi negativa e seu discurso ganhou o prêmio e com bastante empolgação decide ser escritor.

Do casamento que fizera com Thérèse, uma mulher grosseira e inculta, nasceram cinco filhos, os quais foram confiados a Enfants Trouvés. Morando em Paris sua saúde foi acometida por uma nova crise. Em 1751 redige a *Parábola*, e em 1753 *Alegoria sobre a Revelação*.

Em 1753, a Academia de Dijon propõe outro assunto: A origem da desigualdade entre os homens. Rousseau se inspira no campo para encontrar os segredos da vida natural e não ganhou o prêmio.

---

<sup>1</sup> Paulo, MONROE. *História da educação*, p256.

Na oportunidade Rousseau simplesmente fantasiou a recordação de sua vida na sociedade simples de Genebra.

*Recordando esse período, Diderot escreveu para Rousseau era um barril de pólvora de canhão que teria ficado sem explodir se não fosse a centelha que partiu de Dijon e deu-lhe o fogo<sup>2</sup>.*

A obra lírica, a nova *Heloísa* é publicada em 1761, em 1762 *Le Contrato Social*, e em 1763 *O Emílio*. Estes dois últimos trabalhos foram condenados pelas autoridades civis e eclesiásticas.

Bastante ofendido com a condenação de Paris e principalmente de Genebra, escrevera uma carta ao prefeito da cidade, renunciando a seus direitos como cidadão de Genebra. Instalou-se assim em Motiers, e quase não apareceu em público, pois este povo agora, bastante ansioso se posiciona contra ele, e as autoridades fingem nada ver. Com a prisão decretada, foge e Frederico, rei da Prússia lhe dá abrigo.

Em 1765, retorna a Paris, e lá recebe um convite de Hume para mudar-se para Inglaterra, desta forma Hume assume o papel de protetor de Rousseau por algum tempo. Um mau entendido cortara as relações de amizade que havia entre os dois. Mesmo que, mais tarde Rousseau veio a perceber a inocência de Hume e se arrependeu; já era tarde pois não conseguiram mais retomar a velha amizade.

Rousseau a partir de 1767, bastante afetado por todos esses acontecimentos, é tomado por um acesso de loucura. Suas últimas obras foram: *Confissões* em 1770 e *Dialógos* 1772, vai para Ermonville e morre pouco depois.

---

<sup>2</sup> Geovani, REALE & Dário, ANTISERI. *História da filosofia: do humanismo a Kant*, p159.

---

**A Natureza Humana  
e o Homem Natural**

---



atureza (lat. Natura; innature; fr. Nature; al. Natur; it. Natural).

*A palavra natureza vem do verbo latino nasci, que significa nascer, brotar, provir de. Ao movimento de nascer, brotar e consistir em si mesmo chamamos de natureza<sup>1</sup>.*

Interpreta-se a natureza como princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes, desta forma é a mais antiga e respeitada a princípio. Cuida, ampara, protege todos os seres que nela vive.

A natureza também pode ser matéria, a considerar-se como admitiam os pré-socráticos, a matéria apropria-se em si mesma de um princípio de movimento e de mutação; por si só é a causa primária, a origem de deslocamento e transformação, nesta mesma origem a forma ou a substância que a coisa evolui torna-se o que é.

Na metafísica, Aristóteles dá vários significados a palavra natureza, como: a geração daquilo que cresce, o elemento primeiro do qual surge o que cresce, o princípio do primeiro movimento imanente em cada um dos seres naturais em virtude de sua própria essência, o elemento primário de que é feito ou do qual provém um objeto artificial.

*Melhor definição da natureza é: A substância das coisas que têm o princípio do movimento em si próprias<sup>2</sup>.*

É a essência de uma determinada coisa que tem sua origem nela mesma, esse objeto não precisa, não depende de nenhum outro objeto para a formação de sua essência, pertence à essência ou à natureza do mesmo está intrínseco. E em todos os sentidos acima citados, há um elemento comum, a natureza compreendida

---

<sup>1</sup> Arcângelo, BUZZI. *Filosofia para principiantes. A existência humana no mundo*, p47.

<sup>2</sup> Nicola ABBAGNANO. *Dicionário de filosofia*, p625.

como substância dos seres que possuem, enquanto tais, o começo do seu movimento.

*A matéria o movimento e a transformação podem ser considerados naturais, enquanto decorrem de tal princípio, pois à natureza, diz ainda Aristóteles, é um princípio e uma causa de movimento e de repouso dos seres naturais, de certo modo imanente, seja em ato seja em potência<sup>3</sup>.*

Do ponto de vista cristão, o mundo natural, concebido teológico e não cientificamente, diferencia-se do mundo sobrenatural e também da graça. Por si só e sendo obra de Deus, a natureza não seria má, corrompe-se por causa do pecado. Com a ajuda de Deus o homem tem possibilidade de recuperar a natureza em sua integridade original, dirigindo-se para o mundo sobrenatural.

*O conhecimento do naturalismo caracteriza o movimento renascentista. O interesse pela natureza que se revela, de modo especial, na fundação da ciência moderna, físico-matemático, ultrapassa seu próprio âmbito, impondo-se, como característica geral; à religião, à moral ao direito. O homem seria religioso por natureza e a religião natural, excluindo o sobrenatural a revelação do dogma, consistiria na relação direta com Deus<sup>4</sup>.*

A natureza ou seria o próprio Deus ou a verdade divina que se manifesta nas coisas. Sendo o homem obra de Deus, faz parte de sua natureza essa revelação de sua crença. Deus estabeleceria esse contato como manifestação da virtude divina no ser humano. A moral e o direito também seriam naturais enquanto decorrências da natureza humana.

*O cartesianismo opera a ruptura entre o mundo enquanto natureza, res extensa, e o mundo enquanto espírito, consciência, pensamento, res cogitans<sup>5</sup>.*

Hegel concebe a natureza como objetivação do espírito no espaço e a história como alienação do espírito no tempo. É pelo trabalho que a natureza se converte em cultura, reúne-se ao processo de humanização do real e do próprio homem no qual a história baseia-se.

Para o naturalismo, o homem está arraigado na natureza, não pela história, mas pela própria natureza.

<sup>3</sup> Encyclopedica Britannica do Brasil Publicações, p8019.

<sup>4</sup> Ibid, p8019.

<sup>5</sup> Ibid, p57.

No século XVIII começou-se a volta à natureza, origem mentora inata no homem sob forma de instinta, tal é o conceito de Rousseau.

Loocke considerou o estado de natureza de perfeição, onde a liberdade é completa e cabe a cada um policiar suas atitudes desfaz de suas posses e de si mesmo de maneira que só convém ou satisfaça a ele e a Natureza, com total liberdade não devem satisfação a quem quer que seja.

Rousseau foi quem mais considerou a perfeição do estado de Natureza, afirmando que o homem é movido e estabelece obediência somente ao instinto. Argumentava-se que Deus era perfeito em tudo que dele vinha, era perfeito; e o homem por sua vez consegue destruir tudo que foi criado por Deus, e no entanto, esta exaltação do estado de Natureza se opõe aos valores direcionados ao estado civilizado encontrados no *Contrato Social*. Com Rousseau, o conhecimento que se tem do estado de Natureza compõe a forma, ou a norma, para sentenciar a sociedade e planejar um ideal de progresso.

Os céus estrelados, o mar com suas ondas, as plantas, os animais e sob alguns aspectos também os homens estão no envio da Natureza: emerge e se difunde a partir do seu próprio poder. Esse movimento em que o faz aparecer e de se impor seu caráter.

Para Aristóteles, as coisas construídas a partir de outros seres não tem começo e poder de realizar em si mesma, a outro ente pertence o seu poder, desta forma, o tem do exterior, toda obra fabricada.

A natureza é uma inspiração poderosa e onipresente que vem a nós sempre jovens e mais antiga que todas as idades.

Em suas inúmeras formas de aparecimento, a Natureza provoca em si mesma uma sensação de ordem, bastante funcional e perto de nós. Ela é regra de comportamento e procedimento de nossos atos. É sábio deixar a natureza agir em nós e não agir contra a natureza.

“É sabedoria agir de acordo com a natureza, ouvindo sua voz”<sup>6</sup>  
(Heráclito).

A natureza se deixa conhecer nas plantas, pedras, nos animais, nos humanos. Se mostra na consciência de corpo, gesto visível e palpável de sua estranha presença. Na forma de corpo ela se revela, nesta manifestação sensível ela se afirma, possibilitando vê-la e ouvi-la.

I

---

CAPÍTULO

Ⓜ Homen Natural

---

**R**ousseau descreve o homem em sua condição primeira, e essa fase primitiva é um paraíso onde o homem e a natureza estão interligados. Gozando de liberdade e felicidade o homem sairá da animalidade somente quando tiver tido a oportunidade de exercer sua razão.

Esta descrição é feita mais para ele mesmo, baseando em experiências vividas, um fantasma de infância.

No estado em que viviam os homens, espalhados pela floresta, Rousseau imagina a humanidade primitiva completamente livre, sem vínculo algum ao seu semelhante, sem se prender a nada. Existe uma harmonia do indivíduo com o mundo, um faz parte do outro, gozam do equilíbrio perfeito, nada os escraviza. No estado de dispersão em que Rousseau imagina a humanidade primitiva, nenhum desejo de comunicação se sente separado, nenhuma distância metafísica o afasta ainda do objeto exterior. Sua relação com o mundo circundante se estabelece no equilíbrio perfeito, o indivíduo faz parte do mundo e o mundo faz parte do indivíduo. Há correlação, acordo harmonizado entre a necessidade, o desejo e o mundo. O desejo, circunscrito no limite estreito do instante, jamais ultrapassa a estrita medida da necessidade, e esta, inspirada apenas pela natureza, é muito rapidamente satisfeita para que surja a consciência de uma falta, a floresta original provê a tudo, ou seja, seus desejos não ultrapassam de modo algum suas necessidades físicas e, estes, inspirados pela natureza são imediatamente satisfeitos, pois esta floresta, da qual Rousseau imaginou atende as suas necessidades em tudo. Isso compõe a figura de uma felicidade.

Sua imaginação e seu coração não lhe pedem nada, suas módicas necessidades estão tão em evidência, que longe do grau de conhecimento, não deseja senão o que está a seu alcance, não tem pretensões e curiosidades maiores.

O homem primitivo goza de sua liberdade e “deseja apenas o que pode e faz o que lhe agrada”<sup>1</sup>.

Sua figura é ociosa, próximo do sono, e enquanto ele permanece na natureza, reconhece a voz da natureza nele mesmo, pois, a natureza fala nele e ele está na natureza.

Para o homem civilizado essa voz se torna distante, não saberá mais escutá-la e reconhecê-la, uma vez que ela será exterior, torna-se surdo à voz que lhe falava na origem. Para compreender, aceitar, comunicar com uma determinada coisa, é preciso que se faça parte da mesma. Se o indivíduo pertence ao meio é natural que esse contato estabelecido entre a natureza e o homem, criem vínculos de reciprocidade, compreensão, aceitação e essa junção os faz parte um do outro. É compreensivo perceber que uma vez que pertence a outro meio, segue os mesmos ideais se não atribui ao outro, essa integração.

As vezes pode ser inconcebível para uns os atos e os costumes de outros, mas nascendo e criando naquele meio, os costumes e essas ações serão arraigados e as circunstâncias serão naturais.

O homem natural, entregue pela natureza unicamente ao instinto, não estava sujeito a rixas muito perigosas, uma vez que não tinha entre si nenhum tipo de relação e não conhecia qualquer tipo de vaidade, consideração, desprezo e nem a estima, nenhum deles tinha noção de propriedade e o alimento era o mais palpável motivo para suas disputas.

Esta reflexão é admissível, pois, se nesta condição natural em que se encontrava o homem, gozando da mais completa liberdade, onde tudo lhe era favorável o alimento era o que supria suas necessidades e não tinha despertado por outras conquistas, era só uma questão de satisfação e instinto de sobrevivência.

A terra entregue a fertilidade natural, é provida de uma gigantesca floresta preservada da ação do machado, favorece a cada espécie de animais, alimentos e refúgios necessários a cada um. Os homens espalhados entre os animais observam, imitam-os e supera seus instintos, enquanto as espécies tem seu próprio instinto, o homem apossa-se de tudo.

---

<sup>1</sup> Romain, ROLLAND, p204.

*Acostumados desde a infância às intempéries do clima e ao rigor das estações, exercitados na fadiga e forçados a defender, nus e sem armas suas vidas e sem presa dos outros animais ferozes, ou a escapar-lhes correndo, os homens formam um temperamento robusto e quase inalterável. As crianças, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais e fortalecendo-o pelos mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que é capaz a espécie humana<sup>2</sup>.*

Sem dúvida, esta observação a qual se refere o autor é oportuna, pois, se o organismo humano está trabalhando, participando de atividades físicas diárias vai adquirir resistências e é capaz de enfrentar muitas dificuldades, tornando-se preparado, resistente e forte. Seu corpo é a única arma conhecida e o aplica em diversas oportunidades. Os homens civilizados não tem a mesma resistência física que o homem natural; as indústrias impossibilita de resistir a tais forças.

*O homem no estado natural, maneira simples de viver, de forma homogêneo e só, quase que isento de males, só conhecia doenças do tipo feridas e a velhice, não temia doenças além desses males que era próprio de sua natureza. Com tão poucas fontes de males, o homem natural não tem, pois, muita necessidade de remédios<sup>3</sup>.*

A natureza é pura, portanto é isenta de males e conseqüentemente tudo que vive ali, é desprovido dos mesmos benefícios, das mesmas condições e o homem natural é tão sadio quanto o lugar onde vive, desta forma, médicos, remédios, são coisas que pertencem a outra realidade e se por ventura o homem tem necessidade de remédios, que natureza supre por inteiro essa condição por si só.

Esta condição primeira é seguramente uma situação bem mais saudável que a nossa. O homem natural nada tem a temer além das coisas que lhe são destinadas naturalmente, a natureza tem a seus cuidados todos os que dela fazem parte tornando-os mais robustos, vigorosos, dotados de força e coragem, quanto que o homem civil, ao tomar-se sociável é mais fraco e perde a metade destas vantagens.

*Vivendo o homem selvagem disperso entre os animais e encontrando-se desde cedo na eventualidade de medir*

---

<sup>2</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p164-5.

<sup>3</sup> *Ibid*, p168.

*com eles logo faz a comparação e percebendo que os sobrepujam em força, aprende a não mais temê-los<sup>4</sup>.*

Dentro desta perspectiva, o homem natural, adaptado e convivendo, gozando assim de sua liberdade com todos os outros animais desde criança não menospreza-os, pois fazem parte desta mesma natureza, apenas, cria um domínio, baseando em sua capacidade superior em todos os seus movimentos aos outros animais, embora, não podendo medir em força, tem uma organização e agilidade que é respeitado e aceito como parte de um todo.

*O primeiro que fez roupas ou habitação deu a si mesmo coisas pouco necessárias, já que até então passava sem elas, e não se vê porque até então passava sem elas, e não se vê porque não poderia suportar homem feito, um gênero de vida suportava desde a infância<sup>5</sup>.*

Os homens primitivos nada desejavam além daquilo que seria suas necessidades primeiras que era o alimento, e este a natureza fornecia, portanto, roupas e habitação eram lhes desnecessário, a natureza trata a todos os animais a seus cuidados, suprimindo as suas necessidades. A partir do momento que o homem requisitou roupas e habitação começou-se a desvincular-se da natureza; viviam em um espírito de liberdade, felicidade e igualdade junto a natureza, depois com a requisição do desnecessário, condenou-se ao que até então era sem importância.

As paixões nascem daquilo que nos são necessários e seu desenvolvimento em nossos conhecimentos, desta forma só se pode desejar ou temer alguma coisa mediante as idéias que se pode ter delas, ou pelo mero impulso da natureza e o homem selvagem, privado de qualquer tipo de luzes, desejam apenas suas módicas necessidades físicas. Até então, os únicos bens que conhece são a alimentação, uma fêmea e o descanso.

Se pensar nos esforços inconcebíveis e no tempo infinito que deve ter custado a primeira invenção das línguas, se juntar essas reflexões, pode-se imaginar o quanto foram necessários milhares de anos para o desenvolvimento do espírito humano das operações de que era capaz.

*Nesse estado primitivo, não tendo nem casa, nem cabana, nem propriedade de nenhuma espécie, cada qual se abrigavam a esmo e em geral por uma única noite, os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente*

---

<sup>4</sup> Ibid, p166.

<sup>5</sup> Ibid, p171.

*conforme o acaso, a ocasião e o desejo, sem que a palavra fosse um intérprete muito necessário das coisas que tinham para se dizer e separavam-se com a mesma facilidade. A mãe de início amamentava o filho por sua necessidade, depois, tendo o hábito lhos tomado queridos, alimentava-os pelas necessidades deles<sup>6</sup>.*

A união entre um casal acontecia, por uma mera casualidade, como que fosse um acontecimento qualquer, uma vez que não se dispunham de uma residência fixa, se abrigavam em lugares desertos. Nas oportunidades em que ocasionavam seus desejos, estes eram realizados sem a ajuda da palavra, e da mesma forma que acontecia a união, acontecia a separação com a mesma facilidade. O elo entre mãe e filho foi criado pela necessidade de amamentá-lo, que surge assim o amor. Ao nascer o filho, a mãe, meio que por uma força da natureza, sentia necessidade de amamentar o filho, seu instinto impulsionava-a a aquele ato; e os dois, filho e mãe iam criando vínculos de ficarem perto um do outro, não por necessidade mais por afeição, afinidade e amamentar tornou-se uma necessidade dos dois.

O filho por haver uma maior necessidade para se comunicar com a mãe do que a mãe com o filho, atribui-se a ele essa contribuição para a inversão e a língua. E novas dificuldades foram surgindo na medida que o homem precisava da palavra para poder pensar, havia uma necessidade maior de saber pensar para descobrir a palavra.

O grito da natureza, foi a linguagem mais universal, antes que os homens reunidos fossem levados a aceitar. E esse grito só acontecia por uma espécie de instinto, em ocasiões mais urgentes, em que estava em perigo e gritava por socorro.

E a partir do momento que suas idéias foram sendo mais entendidas, foram sendo criados um maior número de sinais e uma linguagem mais ampla, crescia os tons de vozes, e os gestos aumentavam-se, que por sua natureza são mais expressivos.

Deve-se crer que as necessidades ditaram os primeiros gestos e as paixões arrancaram os primeiros vocábulos.

*As línguas originaram-se das necessidades morais, das paixões. Todas as paixões aproximaram os homens, que a necessidade de buscar do que viver afastava. Não foi a*

---

<sup>6</sup> Ibid, p180.

fome ou a sede, mas sim o ódio, a piedade, o amor e a cólera que arrancaram os primeiros vocábulos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> REALE, Giovane, p762.

II

---

CAPI TULO

Ⓣ Homem Civil

---



Para entender a linguagem, Rousseau admite uma grande distância de tempo entre o homem primitivo e o homem dotado de linguagem e o homem antes de falar, viveu milhares de séculos no ócio e silencioso. Esse homem até então desprovido de linguagem, mal se comunica com seus semelhantes; portanto presume-se que a língua não nasceu naturalmente.

Para Rousseau, existe um paradoxo na origem. A linguagem só pode ter surgido com a sociedade e o pensamento, que só podem ser concebidos pela linguagem.

O grito foi então a primeira linguagem natural e as inflexões da voz servem, pouco a pouco, para designar os objetos. Surge, por fim, a instituição dos sinais simbolizando as articulações da voz. Limitada, a princípio por palavras-frases, decompõe-se em infinitos e em nomes próprios, depois estende-se aos adjetivos, que são abstrações e as idéias gerais.

*Se os primeiros inventores não puderam dar nomes senão às idéias que já tinham concluí-se que os primeiros substantivos jamais puderam ser senão nomes próprios<sup>1</sup>.*

Rousseau descreve a princípio que os homens no estado primitivo, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral, nem deveres, antes dos primeiros progressos não poderiam ser nem bons nem maus, não possuíam vícios nem tampouco as qualidades da virtude.

*Ocorre o que Rousseau chama uma primeira revolução. Ela resulta de um progresso técnico. O homem sabe edificar abrigos e as famílias podem doravante permanecer agrupados. A humanidade entra na era patriarcal. Constroem-se aldeias, mas o solo ainda não tem proprietário<sup>2</sup>.*

---

<sup>1</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p184.

<sup>2</sup> . *A transparência e os obstáculos*, p303.

Vivendo sobre essa convivência familiar descobrem devido aos maus tempos, a necessidade de construir suas choças, pois é mais fácil construir para si do que deslocar uma família inteira da que ocupa; assim continuam juntas, já que até então os homens viviam dispersos, sem nenhuma necessidade um do outro, era cada um por si, e assim conquistam esta primeira etapa e formam a primeira comunidade. E esta vai tornar o homem corrompido e mal, porque faz parte da natureza humana a bondade, enquanto que as coisas que vem de fora o tornam mau e pervertido.

*A mais antiga de todas as sociedades e a única natural, é a família. Os filhos entretanto, não estão ligados ao pai senão o tempo que necessitam dele para a sua conservação.*

*Os filhos isentos, da obediência que devem ao pai, isento este dos cuidados que devem aos filhos, entram todos igualmente em independência<sup>3</sup>.*

Tal foi a condição do homem, que essa liberdade original que é comum, é uma consequência da natureza do homem. No momento nada mais os preocupa a não ser sua própria conservação, seus cuidados são para consigo mesmo, e uma vez na idade da razão é responsável pela sua própria conservação, fica sendo o senhor de si mesmo.

O homem neste estágio não tem compromisso, ou seja, total responsabilidade com os filhos, e os filhos não deve obediência aos pais, ambos ficam isentos de compromisso e todos vivem em liberdade e igualdade dentro desta pequena sociedade. Esta primeira sociedade, que é a família, agora a pouco mencionada era a patriarcal.

As famílias hoje, embora continuem juntas, perdeu-se a liberdade, a igualdade, todos tentam superar os obstáculos e com isso se torna vulnerável e mau, estão sempre ansiosos e a perversidade embora muitas vezes ilusória destrói a relação de competitividade nos relacionamentos familiares, muitas vezes os pais não tem tempo para os filhos e os filhos estão sobrecarregados de atividades e deixam a desejar esse laço de fraternidade e igualdade que teria que ter entre ambos.

---

<sup>3</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *O contrato social*, p11.

Para Rousseau este mal veio de fora, é a paixão pelo de fora. Logo que o homem abandona a autarquia do estado natural, sente-se fraco em sua aparência, quer sobressair para conquistar o seu espaço e garantir a sua existência.

*O mal é a inquietude de espírito que os estóicos denunciavam e é também o que os modernos chamam de alienação: não mais se pertencer sair de si, viver para a opinião e para o olhar dos outros, exigir mais que o necessário reconhecimento do homem pelo homem. O mal que veio de fora, é a paixão pelo lado de fora. Logo que o homem abandona a autarquia do estado natural, sente-se vulnerável em sua aparência e deseja aparecer para assegurar-se de sua própria existência<sup>4</sup>.*

Dá-se o desenvolvimento na parte econômica, especialmente ao supérfluo e ao luxo, esta interpretação se dá através de causas psicológicas: o homem civilizado não deseja apenas a segurança e a satisfação de suas necessidades essenciais, cobiça as coisas inúteis, quer o que o outro deseja, quer impressionar pelo seu poder e sua beleza. Se torna fraco e ambicioso, nunca se contenta com o que tem, procura por diversas formas se satisfazer, é claro não contenta com pouco, gosta da vida boa, conforto excessivo, se preocupa ou se interessa somente pelos problemas dos outros, impõe reconhecimentos dos outros verdadeiro interesse e entusiasmo em deixar mostrar para os outros, o outro tem um significado maior para ele no intuito de estar alimentando esse ponto vulnerável que o homem apresenta. Isso se dá, no momento em que o homem se sente que pode ser agredido em sua aparência e quer se sobressair para garantir-se de sua própria vida.

*A coleta e a caça são os principais atividades que provêm às necessidades do grupo. Enquanto o homem da natureza não era mais que uma hipótese necessária, um fantasma do desejo, as sociedades patriarcais e comunistas são uma imagem concreta da felicidade que deixamos escapar por bens ilusórios<sup>5</sup>.*

Quando o homem natural é forçado a sair do estado de natureza tem início o processo de desnaturação, processo lento, gradual, que culmina com a instituição da sociedade civil histórica. Convivendo, o homem deixa de ser um animal estúpido e limitado e passa a evoluir. Neste período, que Rousseau designa civilizatório, o homem aprende a fazer uso de armas encontradas na natureza, como

<sup>4</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *A transparência e o obstáculo*, p302.

<sup>5</sup> *Ibid*, p304.

galhos e pedras. A luta pela sobrevivência forçava o homem a desenvolver-se. Cada vez mais, era preciso aprender novas maneiras de se defender, de caçar, enfim, de suprir a necessidade. Os pequenos progressos permitiram que o homem se aprimorasse, melhorando suas condições de vida. A grande revolução desta época foi a habitação. Partindo de uma moradia comum, o homem constituiu a família, primeira forma de sociedade.

*As grandes luzes, que resultaram desse desenvolvimento, aumentaram-lhe a superioridade sobre os outros animais ao torná-lo ciente dela. Exercitou-se em preparar-lhes armadilhas, ludibriou-os de mil maneiras, embora muitos o superassem em força no combate ou em velocidade na corrida, tomou-se com o tempo o senhor de alguns e o flagelo dos outros<sup>6</sup>*

Os primeiros progressos residiu-se enfim o homem e quanto mais se esclarecia o espírito, mais que se aperfeiçoava o engenho. Descobriam algumas ferramentas como, machado de pedras duras e cortantes, os quais eram usados para escavar a terra, na construção de choupanas de ramagem, que mais tarde aperfeiçoaram revestindo-as com argila e lama. Esta época de revolução formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade.

Seus corações se uniam decorrentes de uma situação nova que reunia numa habitação comum, os pais e filhos. Este hábito de viver juntos fez brotar o mais terno sentimento de amor conjugal e paterno. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e a cabana e os filhos ficavam a cargo de sua responsabilidade, enquanto que o homem buscava o sustento para a família. E a negligência fez com que comesçassem a perder a sua ferocidade e seu vigor.

*Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões ardentes que consomem tudo exigiram deles uma nova indústria. Ao longo do mar e dos rios eles inventaram a linha e o anzol e tomam-se pescadores e ictiófagos. Nas florestas fabricaram arcos e flechas<sup>7</sup>.*

É fundamental que estas atividades desenvolvidas dentro do seio familiar, os tenha impulsionado a evolução. Dentro desta nova dimensão, coloca-se em

<sup>6</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p205-6.

<sup>7</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *A transparência e o obstáculo*, p38.

evidência o fato de que tudo inicialmente começa a mudar de face. Os homens, até então errantes pelos bosques, adquiriram uma posição mais segura. Aproximam-se aos poucos, e vão se ajuntando em diversos grupos e assim concebem em cada região, uma noção particular. Em oposição a um sentimento terno e doce que doravante se apresenta na alma, o ciúme desperta como amor, semeando a discórdia e essa doce paixão admite renúncia de sangue humano.

A medida que vai ocorrendo as idéias e os sentimentos, o espírito e o coração se exercitam, o gênero humano continua a domesticar-se, os vínculos aumentam e os laços se apertam. Habitaram-se a se encontrar em frente das cabanas ou sob a sombra de uma árvore, se divertiam cantando e dançando. Começaram a reparar e querer ser observados. Aquele que melhor se sobressaísse, ou seja, tivesse uma melhor desenvoltura na dança. Que fosse o mais belo, o mais forte e o mais hábil e com o poder de persuasão passou a ser o mais considerado. Esta foi a primeira condição para se conhecer a desigualdade e o vício.

*Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar com espinhos ou com cerdas suas roupas de peles, a enfeitar-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas, a cortar com pedras agudas alguns instrumentos grosseiros de música, e se dedicavam a obras que um único homem podia criar e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza<sup>8</sup>.*

Na concepção de Rousseau, enquanto permanece o homem no seu estado de natureza, é bom e é corrompido através da civilização com os males que vem com ela, ou seja, a natureza do homem é boa, se torna má com os males que vem de fora; antes porém gozavam da liberdade e igualdade, no estado de natureza, mantinha sua independência e por isso era feliz. Com a convivência, estabelecendo relações sociais duradouras, o homem é assediado pelo amor-próprio que o cumula de necessidades artificiais, rompe o equilíbrio entre forças e desejos, tornando-se um ser dependente, que precisa do socorro dos outros para satisfazer tantos desejos adquiridos.

---

<sup>8</sup> Maria Lúcia de Arruda ARRUDA & Maria Helena Pires MARTINS. *Filosofando: introdução à filosofia*, p228.

Estando cumulado de necessidades artificiais, o homem perde a auto-suficiência. Para satisfazer seus desejos desmedidos tornou-se vantajoso apossar-se do que pertencia aos outros. Essa situação calamitosa rompeu a igualdade natural que reinava no estado natural. O orgulho, a ganância, a estima pública são alguns dos males que o homem adquiriu neste período de aperfeiçoamento, de desnaturação. O homem perdeu a independência, rompeu a igualdade natural, introduziu a propriedade, o trabalho, a usurpação, as disputas, as discórdias.

Desde então, o destino da humanidade esteve atrelado ao excessivo desenvolvimento do amor-próprio, que visando apenas à satisfação dos interesses particulares torna o indivíduo um ser astuto, egoísta, repleto de vícios que o colocam na condição de escravo de suas próprias necessidades e da vontade de seus semelhantes. O mal não reside na natureza humana, mas nas estruturas sociais.

*O verdadeiro fundador da sociedade civil, é o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para aceitá-lo<sup>9</sup>.*

Muitos crimes poderiam ter sido evitados como as guerras, misérias, horrores e assassinatos de tudo teria poupado ao gênero humano, se aquele que de alguma forma tivesse impedido arrancando a cerca ou tapando o fosso, estimulando a todos os demais ouvintes a não dar crédito a aquele impostor, conscientizando-os que a terra não deveria pertencer, ser propriedade de ninguém e tudo que ela produzisse seria de todos e para todos. Tudo poderia continuar como estava, o homem vivendo em harmonia com a natureza e a natureza suprindo todas as necessidades.

Na concepção de Rousseau tudo poderia ser diferente, se o homem não tivesse despertado para a ambição, se tivesse de alguma forma freiado esse impulso do gênero humano. Por outro lado, o autor não compreende que o surgimento da propriedade privada é um grande progresso em relação à sociedade dos bárbaros, embora um progresso doloroso. Ele julga que a propriedade é a fonte da desigualdade, é através da propriedade que surge a hostilidade entre os homens. Enquanto se contentava com apenas o seu suprimento era feliz. No mundo primitivo, tudo era de todos. A partir do momento que um precisou do outro e percebeu que

---

<sup>9</sup> Ibid, p228.

era útil para um indivíduo ter provisões para dois, acabou-se a igualdade e emergiu assim a propriedade.

O trabalho passou a ser necessário e as florestas foram transformando, regados do suor humano, deparando desta forma com a escravidão e a miséria. A ambição devoradora, entusiasmo a todos os homens, a serem indignos, a inclinações que se prejudicam mutuamente. Ambos estão sujeitos a serem lesados.

Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente distintas, delas vieram a arrogância, a astúcia enganadora e todos os vícios. De um lado estava o homem livre e independente de antes, passou a não se contentar com o que tinha, e eventualmente para conseguir alguma coisa, alguém teria que desfazer do que era seu em virtude do outro, agora sujeitos a natureza e a seu semelhante, de quem num sentido se torna escravo.

Para Rousseau, os ricos só pensavam em reprimir e escravizar seus vizinhos. A igualdade foi substituída pela desordem, assim, foi as usurpações dos ricos, as pilhagens dos pobres, as paixões desprendendo de todos, ao abafarem a piedade natural. As injustiças tornaram os homens avaros, ambiciosos e maldosos. Antes de inventarem os sinais representativos das riquezas os únicos bens que possuíam eram as terras e rebanhos. As heranças cresceram, a ponto de cobrirem todo o solo.

*Tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico, destruíram em definitivo a liberdade natural fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade<sup>10</sup>.*

Aos olhos do autor, a liberdade e a igualdade que até então eram existentes no homem natural é substituída pela desigualdade, sendo ela originária da propriedade. Essa desigualdade é a que separa os ricos e pobres, a igualdade desapareceu e o trabalho tornou-se necessário, o gênero humano fica sujeito ao trabalho, a servidão e a miséria pelo lucro de alguns ambiciosos. A sociedade impõe a parecer coisas diferentes do que realmente é.

---

<sup>10</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p222.

O homem torna-se escravo de suas próprias necessidades causa a ambição, a concorrência, a herança, a dominação universal. A liberdade civil por sua vez, com respeito à igualdade, não se deve entender por isso que os graus de poder e de riqueza sejam absolutamente os mesmos, mas sim que o poder esteja acima de toda a violência e não se exerça senão em virtude das classes e das leis.

O direito de propriedade não passa de invenção humana, possibilitando a qualquer um, dispor como bem quiser dos seus pertences, mas isso não acontece da mesma forma com o que a natureza nos fornece, que é a vida e a liberdade, cujo prazer é um direito de todos, e que no entanto é duvidoso que se tenha o direito de saquear. A liberdade é um dom que se recebe da natureza, assim como foi necessário violentar a natureza para a escravidão, foi necessário mudá-la para garantir esse direito.

Segundo Rousseau, a dominação nasceu, quando as heranças cresceram em número e em extensão a ponto de se tocarem umas nas outras, antes porém os únicos bens que o homem poderia ter eram as terras e rebanhos, pois não haviam inventado os sinais representativos das riquezas, porém a medida que foram aumentando seus bens, foram obrigados a se apossar e receber dos outros o que era necessário para sustentar suas vidas.

Para ele, a liberdade desperta um estado de guerra, de todos contra todos. Os vizinhos para desprender-se precisavam entrar em acordo, estabelecer um contrato. Rousseau acrescenta que este resultado só favorece os ricos. As sociedades se multiplicam rapidamente e esse acordo feito um com os outros não impediram os massacres.

Na passagem do estado de natureza o homem apresenta uma notável mudança aos olhos do autor. O instinto é substituído pela justiça, os ricos propõe a instituição da sociedade civil através de um pacto social, o objetivo era de superar as oposições que havia entre todos.

Mas, vivendo em sociedade a condição de vida do homem tanto pode melhorar quanto piorar. Rousseau prevê que o bom processo de desnaturação, que altera a natureza que leva a estabelecer e manter a melhor sociedade é aquela que forma o cidadão virtuoso, que dá prioridade a vontade geral, que seus interesses sejam comuns aos de toda comunidade.

*O que o homem perde pelo contrato social, é sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que lhe diz respeito e pôde alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui<sup>11</sup>.*

Rousseau apresenta sua proposta que encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado, de qualquer força comum e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, ficando assim tão livres como dantes.

Acrescenta que a alienação total de cada um, incluindo todos os seus direitos, a favor de todos, possibilitando a doação por inteiro, a condição de igual para todos e eventualmente, sendo esta condição por igual a todos, ninguém tem interesse em dificultar aos demais.

Ele institui que só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado, com o firme propósito de que só é o bem comum. A vontade geral se dá por um compromisso único e envolve a todos. Essa vontade geral não se dá a favor de todos os componentes, mas do surgimento da renúncia de cada um dos seus próprios interesses em prol da coletividade.

Nas palavras de Rousseau, se desligar do pacto social o que não é nele essencial, ver-se-á que fica reduzido aos seguintes termos: cada um de nós põe sua pessoa e poder sobre uma suprema direção da vontade geral, e recebe ainda cada membro como parte indivisível do todo.

O autor estabelece que é preciso retirar do homem as forças que lhe são próprias para dar-lhe outras que lhe são estranhas e das quais não possa fazer uso sem a ajuda dos outros. Quanto mais as forças naturais são mortas e anuladas, tanto mais as forças adquiridas tornam-se grandes e duradouras e tanto mais a própria instituição torna-se sólida e perfeita. Assim, quando cada cidadão não é nada e pode senão por meio de todos os outros e quando a força adquirida pelo todo é igual ou superior à soma das forças naturais de todos os indivíduos, então se pode dizer que a legislação alcançou o seu mais alto grau de perfeição.

Em sua teoria, estabelece que os homens se encontram diante de uma sociabilização radical do homem, de sua total coletização, para impedir que emerjam e se afirmem os interesses privados. Com a vontade geral pelo bem comum, o homem só pode pensar em si pensando nos outros, ou seja, somente através dos

---

<sup>11</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *O contrato social*, p24.

outros, não como instrumentos, mas como fins em si, como são todos os componentes. Ninguém deve obedecer ao outro, mas sim a todas às leis sagradas para todos, que é fruto e expressão da vontade geral.

Os homens para se conservarem, se agregam e formam um conjunto de forças com único objetivo. No *Contrato Social*, os bens são protegidos e a pessoa, unindo-se às outras obedecem a si mesmo, conservando a liberdade. O pacto social pode ser definido quando cada um coloca sua pessoa e sua potência sob a direção suprema da vontade geral.

Segundo o autor, o soberano não pode violar o contrato, alienar qualquer porção de si mesmo. O corpo político não pode se submeter a outro soberano. Uma sociedade quando ofende um, ofende todo o corpo. O soberano não pode ter uma opinião contrária a todos, mas o indivíduo pode. Na passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem muda, o instinto é substituído pela justiça. A mudança acarreta vantagens e desvantagens. Ganha a liberdade civil e a propriedade.

*O soberano não pode impor sobre seus súditos nenhum entrave que seja inútil para a comunidade, nem pode desejar tal coisa<sup>12</sup>.*

Na interpretação de Rousseau, o soberano é o único juiz do que é útil ou inútil para a comunidade. Só um oponente muito fraco é oposto, deste modo, à tirania coletiva. Observa-se que o soberano significa, não o monarca ou o governo, mas a comunidade em sua capacidade coletiva e legislativa.

Rousseau questiona o direito a uma área do primeiro ocupante. As leis são úteis àqueles que possuem e prejudicam os que nada tem. O Estado existe para o bem comum, e a vontade geral deve dirigi-lo para esse fim. A vontade geral é um ato de soberania, atende ao povo, por isso é lei. Por isso a vontade geral dota o Estado de força para que ele atue em favor das teses fundamentais, mesmo quando isto significa ir contra a vontade da maioria em alguma questão particular.

Os compromissos do corpo social são mútuos. Trabalhando para os outros, trabalha-se para si mesmo. Os indivíduos tem suas vontades particulares, mas também existe a vontade geral. Cada homem é legislador e sujeito, obedecendo a leis que lhe são favoráveis. O povo submetido às leis deve ser o autor delas. Mas o povo não sabe criar leis, é preciso um legislador. Rousseau admite que

---

<sup>12</sup> Bertrand RUSSEL. *História da filosofia moderna*, p237.

é uma tarefa difícil encontrar um bom legislador. Um legislador deve fazer as leis de acordo com o povo.

*Fazei com que os homens não estejam em contradição consigo mesmo: que eles sejam aquilo que querem parecer e pareçam aquilo que são. Desse modo, tereis arraigado a lei social na profundidade dos corações e eles, homens civis por natureza e cidadãos por inclinação, serão honestos, bons, felizes. E sua felicidade formará também a felicidade da República<sup>13</sup>.*

Rousseau trata com extremo vigor a questão da vontade geral, afirma ser a única indicada para dirigir as forças do estado segundo o fim da sua instituição que é o bem comum. A soberania sendo apenas o exercício da vontade geral, jamais poderá ser alienada e o soberano que é um ser coletivo só pode ser representado por si mesmo. Afirma que, a vontade geral é sempre justa e tende sempre para a utilidade pública, mas daí não resulta que as deliberações do povo tenha sempre a mesma retidão.

Argumenta-se que o soberano não precisa dar garantias a seus súditos, pois como é formada pelos indivíduos que o compõem, não pode ter nenhum interesse contrário ao deles. A vontade do soberano, que é sempre acertada, é a vontade geral. Cada cidadão, participa da vontade geral, mas pode também, como indivíduo, ter uma vontade particular contrária à vontade geral. O *Contrato Social* implica que, quem quer que se negue a obedecer à vontade geral, será forçado a fazê-lo.

*Se, quando o povo, provido da informação adequada, mantém suas deliberações, sem que os cidadãos tenham tido comunicação entre si, o total geral das pequenas diferenças dará sempre a vontade geral e a decisão será sempre boa<sup>14</sup>.*

Na mente de Rousseau, a opinião política de cada homem é governada pelo seu próprio interesse, mas o interesse insiste de duas partes, uma peculiar ao indivíduo, outra comum a todos os membros da comunidade. Se os cidadãos não tem oportunidade de entrar em conchavos entre si, seus interesses individuais, sendo divergentes, se anularão e restará uma resultante que representará seu interesse comum, esta resultante é a vontade geral.

<sup>13</sup> Geovane REALE. *História da filosofia: do humanismo a Kant*, p771.

<sup>14</sup> Bertrand RUSSEL. *História da filosofia moderna*, p239.

Na opinião dele, o que interfere na prática, com a expressão da vontade geral, é a existência de associações subordinadas dentro do Estado. Cada uma destas vontades tem a sua própria vontade geral, que pode entrar em conflito com a da comunidade como um todo. Um membro do governo tem três vontades: sua vontade individual, a vontade do governo e a vontade geral.

A vontade geral é sempre justa e tende sempre para a utilidade pública, mas daí não resulta que as deliberações do povo tenha sempre a mesma retidão. Sempre se quer o bem do povo, mas nem sempre este bem é facilmente percebido, nunca se corrompe o povo, mas muitas vezes ele é enganado. E é somente então que ele parece querer o que é mau.

Nas palavras do autor a natureza dá ao homem um poder absoluto sobre os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus e é este mesmo poder que dirigido por uma vontade geral tem, como disse, o nome de soberania. Tudo aquilo que cada indivíduo aliena por meio deste pacto social, de sua força, de seus bens, de sua liberdade e somente a parte de tudo aquilo cujo uso interessa à comunhão, mas é preciso convir também que só o soberano é juiz nesta questão.

O princípio da vida política consiste na autoridade soberana. O poder legislativo é o coração do Estado, o poder executivo é o seu cérebro, e o que lhe dá movimento. O soberano tendo apenas como força o poder legislativo, só age pelas leis, e as leis sendo apenas atos autênticos da vontade geral, o soberano só pode agir quando o povo está reunido.

A vontade consiste em todos os membros do estado é na vontade geral é por ela que eles são cidadãos e livres. Quando se propõe uma lei numa assembleia do povo, o que se lhe pede não é precisamente que os seus membros aprovem a proposta ou que as rejeitem, mas que ela esteja conforme ou não com a vontade geral que é a deles. Cada um dando o seu voto, diz a sua opinião sobre o assunto e do cálculo de votos se deduz a declaração de vontade geral.

É imprescindível que a soberania não possa ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade geral não é representada. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser, seus representantes. São apenas seus incumbentes de tratar de determinados assuntos, mas, nada podem concluir definitivamente. Toda lei que o povo não ratificou é nula, não é lei.

No entanto, o autor afirma que a vontade constante de todos os membros do estado é a vontade geral; é por ela que eles são cidadãos e livres. Quando se propõe uma lei numa assembléia do povo, o que se lhe pede não é precisamente que o seus membros aprove a proposta ou que a rejeitem, mas que ela esteja conforme ou não com a vontade geral que é a deles. Cada um dando o seu voto, diz a sua opinião sobre o assunto e do cálculo de votos se deduz a declaração de vontade geral.

O poder soberano por mais absoluto, mais sagrado, mais inviolável que seja, não passa nem pode exceder dos limites das convenções gerais e que todo homem pode dispor livremente do que lhe foi permitido sobre seus bens e sobre sua liberdade por estas convenções. O soberano nunca possui o direito de oprimir um súdito mais do que outro porque assim a questão tornando-se particular, o seu poder deixa de ser competente.

Vontade geral é um ato de soberania, atende ao povo, por isso é lei. Esse é o princípio que devia ser obedecido, mas nem sempre é assim. O soberano é feito um ser extraordinário e a soberania é algo não divisível e intransferível.

Os compromissos do corpo social são mútuos. Trabalhando para os outros, trabalha-se para si mesmol. Os indivíduos tem suas vontades particulares, mas também existe a vontade geral. Cada homem é legislador e sujeito, obedecendo a leis que lhe são favoráveis. O tratado social tem por finalidade conservar os contratantes.

Quando o povo estabelece algo para todo o povo, forma-se uma relação. A matéria e a vontade que fazem o estatuto são gerais, e a isso Rousseau chama lei. A república é todo estado regido por leis. O povo submetido às leis deve ser o autor delas. Este por sua vez, por não saber criar leis, precisa de um legislador, porém, as leis devem ser feitas de acordo com o povo. Nas palavras do autor, ainda é acrescentado que uma vez inserida no Estado e pelo Estado, a vontade geral é tudo, é a fundamentação da moral na política. Assim, o *Contrato Social* dá origem a um Estado democrático, o poder não pertence mais a um príncipe, mas sim à comunidade.

O conceito que o autor incorpora a maioria dos povos, dá mesma forma aos homens, é a questão de que são mais dócil somente na juventude, torna-se incapazes de se corrigir na velhice. Uma vez estabelecidos os costumes e enraizados os preconceitos, é empresa perigosa e vã querer reformá-los, o povo

nem sequer suporta que lhe toquem, nos males a fim de destruí-los. Pode libertar-se enquanto é bárbaro, mas já não poderá mais fazer o mesmo quando as suas molas civis estiverem gastas. Pode os povos livres, conquistar a liberdade mas nunca recuperá-las.

Então, com efeito Rousseau torna oficialmente público que não há no estado uma lei fundamental que não se possa deixar de estar em vigor, nem mesmo o pacto social. Porque, se acontecer a ruptura deste pacto, por parte dos cidadãos de comum acordo, ele estaria rompido legalmente. Desta forma, há apenas uma lei que, pela sua natureza, exige um consentimento de comum acordo: é o pacto social. A associação civil é o ato mais voluntário que existe, todo homem tendo nascido livre e senhor de si, ninguém o pode reprimir, sob qualquer pretexto, sem o seu consentimento.

Rousseau considera o legislador, em todos os aspectos, como um homem admirável no estado; porém, escreve aos respectivos cidadãos que todos os serviços prestados ao Estado, devem ser executados de imediato assim que o soberano lhos exigir, mas o soberano, não deve dar serviços excessivos e sem utilidades a comunidade e nem exigí-las; porque a tudo que se faz tem uma causa, tanto sob a lei da razão como sob a da natureza. Portanto, o direito que o pacto social dá ao soberano sobre o súditos não ultrapassa os limites da utilidade pública.

*O pacto social estabelece entre os cidadãos tal igualdade, que todos se obrigam sob as mesmas condições e deve gozar das mesmas condições e deve gozar dos mesmos direitos. Assim, pela natureza do pacto, todo ato de soberania, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente a todos os cidadãos<sup>15</sup>.*

À luz do autor, o sábio legislador não começa redigindo leis boas por si mesmas, mas antes examina-se o povo a que destinados está apto para suportá-las. E aquele que redige as leis não tem, pois, nem pode ter direito algum legislativo, e o próprio povo, quando quiser, não pode privar-se deste direito intransferível, porque segundo o pacto fundamental, somente a vontade geral obriga aos particulares e não é possível ter certeza de que uma vontade particular está de acordo com a geral senão depois de tê-la submetido a adesões livres do povo. E estas mesmas leis

---

<sup>15</sup> Jean Jacques, ROUSSEAU. *O contrato social*, p26.

destacadas pelo autor, sendo diferentes entre si perdem as qualidades em grande desordem nos povos.

Dentro desta perspectiva o Estado precisa criar fundamentos para não se alterar e desta forma oferecer resistência as sacudidas sentidas e as atividades que forçosamente será obrigado a usar para manter-se e agitam sucessivamente uns contra os outros, e assim tentam crescer, tornar-se ainda mais alto do que já são. Desta forma os fracos, desvantajados em relação aos mais fortes, correm o risco de serem destruídos de imediato, sua alternativa para conservar-se é ter um certo equilíbrio que o torna mais ou menos igual por toda parte.

A vontade geral é indestrutível. O Estado é responsável pela força da vontade geral. Se está decadente, o povo perde a liberdade. Se um filho de escravo nasce escravo, diz Rousseau, não é nem ao menos humano. O autor também coloca em evidência todo um referencial teórico no que diz respeito ao evangelho, onde reconhece a todos como irmãos, e não do mau uso que fizeram dele. O cristianismo é totalmente espiritual e a pátria do cristão não é desse mundo. Ele não se preocupa com o Estado, se vai bem, se vai mal, tem medo em se orgulhar com o esplendor de seu país. Para Rousseau as tropas cristãs não são excelentes. A existência da divindade é um dogma positivo, diz ele.

"Se o Estado vai mal, ele presta culto a Deus"<sup>16</sup>. No que diz respeito ao governo, Rousseau faz uma reflexão e reconhece duas causas para uma ação: a moral, a vontade é uma e a outra é física, a potência, isto é, o poder que o executa. O governo é um corpo intermediário entre o súdito e o soberano. É uma administração suprema em que o príncipe exerce o poder executivo. Os governantes ou magistrados por sua vez, não devem ser numerosos, para não se enfraquecer, pois quanto mais atua sobre si mesmo, menos influência tem sobre o todo. Na pessoa do magistrado há três vontades diferentes: a do indivíduo, a vontade comum dos magistrados e a vontade do povo, que é o principal.

Na visão de Rousseau, portanto, entre o Estado e o governo existe uma diferença, em que o Estado tem sua existência em si mesmo, não depende de algo para que possa viver e o governo tem sua existência somente pelo soberano. Desta forma, o príncipe só poderá exercer sua autoridade conforme a vontade geral e a lei. No entanto, o príncipe com a força pública nas mãos e quisesse exercer sobre o

---

<sup>16</sup> Jean-Jacques, ROUSSEAU. *Consciência*. HTTP: //WWW. Org.

soberano uma vontade particular, a união social separaria e o corpo político seria destruído.

O autor analisa as três formas de governo. Na democracia os cidadãos exercem o magistrado. Em seu entendimento a verdadeira democracia é impraticável. O interesse privado não deve se sobrepor ao interesse geral. Existem muitas dificuldades nesta forma de governo, que é a mais sensível as guerras civis. Ele acrescenta que o soberano pode em primeiro lugar entregar o governo a todo o povo ou à maioria do povo, de maneira que existam mais cidadãos magistrados do que simples cidadãos particulares.

Rousseau tinha convivido com o círculo de poderosas inteligências, centralizando em torno de Voltaire, que dirigia o novo pensamento e exercia influências na maior parte das hierarquias sociais e políticas da Europa. Não tinha simpatia alguma por nenhuma destas sociedades. O único princípio que ele honestamente respeitou durante a sua vida foi o democrático, o seu sentimento para com o homem comum, a sua crença no valor do indivíduo.

Quando ele apresenta a democracia sendo a melhor de todos os governos, acrescenta dizendo, que esta forma de governo não é adaptável a todos os países. E que a produção não deve exceder de muito o necessário, pois se o fizer, o mal do luxo é inevitável e é melhor que este mal fique limitado a um monarca e à sua corte e que não se estenda por toda a população.

De acordo com as idéias de Rousseau, pode-se depositar o governo nas mãos de um pequeno grupo, de modo que haja mais simples cidadãos do que magistrados. E esta forma de governo tem o nome de aristocracia. No entanto, existem três tipos de aristocracia: a natural, a eletiva e a hereditária. A primeira apenas convém aos povos simples; a terceira é a pior de todos os governos. A segunda é a melhor, é a aristocracia propriamente dita.

Além da vantagem da distinção dos dois poderes, ele tem ainda a da escolha de seus membros, porque no governo popular, todos os cidadãos nascem magistrados, mas este os limita a um pequeno número e eles só chegam a esse estado pela eleição, meio pelo qual a probidade, as luzes, a experiência e a estima pública são outras tantas garantias de que se há de ser sabiamente governado. A aristocracia não é louvável à igualdade, mas tem virtudes.

Pode ainda conservar todo o governo nas mãos de um magistrado único no qual todos os outros respeitam o poder. Esta última forma é mais comum e é

denominada monarquia ou governo real, ou seja o indivíduo representa o ser coletivo. A vontade particular impera e domina mais do que as outras formas de governo. Há uma distância entre o príncipe e o povo. É preciso um grande monarca para que o Estado seja bem governado. Rousseau não aprova a monarquia hereditária. Ele fala que na monarquia, o despotismo, em vez de deixar o povo feliz, torna o povo miserável.

O governo simples é o melhor, conclui Rousseau, mas na realidade para o autor não há governos simples. As pessoas públicas não produzem e consomem. Quem trabalha são os membros, o povo. O Estado só pode existir quando o produto dos trabalhos do homem é maior que suas necessidades.

Dentro de todas perspectivas, criadas por Rousseau, existe uma condição natural dos homens, mas é uma condição de felicidade, de virtude e de liberdade, que é destruída e apagada pela civilização. É a concepção oposta aquela de Hobbes. Rousseau dizia que Hobbes descreveu não a condição natural dos homens, mas sim o homem de seus tempos. Segundo o autor, ao contrário, é a civilização que perturba as relações humanas, que violenta a humanidade, pois os homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar estão acorrentados<sup>17</sup>.

Fazendo um paralelo entre os pensadores contratualistas, do homem em seu estado natural, Hobbes faz uma descrição contrapondo-se a Rousseau. Para ele, enquanto iguais por natureza, os homens são capazes de causar um ao outro o maior dos males, a morte. A igualdade faz surgir em cada um a esperança de realizar seu próprio objetivo. Disto nasce um estado permanente de desconfiança recíproca, que leva cada um a se preparar mais para a guerra. E enquanto as leis civis ainda não introduziram um critério de distinção entre o meu e o teu, todo homem tem direito de se apropriar de tudo o que cai em seu poder.

Para Hobbes o que impulsiona o homem contra o homem é o desejo inesgotável de poder. O desejo de poder numa situação na qual todos são iguais na capacidade de se prejudicarem na qual os bens são insuficientes para satisfazer as necessidades de cada um e onde cada um tem o direito natural de tudo, é um estado permanente de guerra. O estado de natureza é o estado de guerra de todos contra todos. Que Hobbes quer dizer, falando de "guerra de todos contra todos" é um estado de guerra de todos os que nele se encontram.

---

<sup>17</sup> Luciano GRUPPI. *Tudo começou com Maquiavel*, p18.

“Os indivíduos vivem isolados e em luta permanente vigorando a guerra de todos contra todos ou o homem lobo do homem”<sup>18</sup>. Nesse estado, reina o grande medo: o da morte violenta. Para se proteger uns dos outros, os homens inventaram as armas e cercaram as terras que ocuparam. Essas atitudes são inúteis, pois sempre haverá alguém mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas. A vida não tem garantias, a posse não tem reconhecimento e, portanto, não existe, a única lei é a força do mais forte, que pode tudo quanto tem força para conquistas e conservas. Hobbes pretende que o homem é naturalmente corajoso e só procura atacar e combater.

Locke é também um pensador contratualista, alimenta-se no estado natural a igualdade, onde ninguém tem mais do que qualquer outro; nada havendo de mais evidente que criaturas da mesma espécie e da mesma ordem. Terão de ser iguais umas às outras sem subordinação ou sujeição; a menos que o senhor manifeste a sua vontade e coloque uma acima da outra, conferindo-lhe, por indicação evidente e clara, direito indubitável ao domínio e à soberania.

Apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses.

Para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem e para que observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a lei de que qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação. Para Locke, no estado natural “nascemos livres na mesma medida em que nascemos racionais”<sup>19</sup>. Os homens, por conseguinte seriam iguais, independentes e governados pela razão. O estado natural seria a condição na qual o poder executivo da lei da natureza permanece exclusivamente nas mãos dos indivíduos, sem se tornar comunal. Todos os homens participariam dessa sociedade singular que é a

<sup>18</sup> Marilena CHAUÍ. *Introdução à filosofia* p399.

<sup>19</sup> John LOCKE. *Ensaio acerca do entendimento humano. Segundo tratado sobre o governo*, pXV.

humanidade. No estado natural todos os homens teriam o destino de preservar a paz e a humanidade e evitar ferir os direitos dos outros.

Dando seqüência as idéias de Rousseau, os homens não podem renunciar a esses bens essenciais de sua condição natural: a liberdade e a igualdade. Eles devem constituir-se em uma sociedade. Em sua concepção a sociedade nasce de um contrato, este contrato, no entanto só constitui a sociedade, a qual deve servir à plena expansão da personalidade do indivíduo. A sociedade, o povo, nunca podem perder sua soberania, a qual pertence ao povo e só ao povo. Por conseguinte o povo nunca deve criar um Estado distinto ou separado de si mesmo. O único órgão soberano é a assembléia e nesta é que se expressa a soberania.

Evidentemente, a assembléia representando o povo, pode confiar para algumas pessoas determinadas tarefas administrativas, relativas à administração do Estado, podendo fazer com que deixe de vigorar a qualquer momento. Mas o povo nunca perde sua soberania, nunca a transfere para um organismo estatal separado. Os governantes são apenas comissários do povo. Rousseau se refere à igualdade diante da lei, à igualdade jurídica, mas também chega a compreender que existe um problema de igualdade econômica social.

O paralelo exposto por Jean-Jacques entre o estado de natureza e o estado de sociedade, existe uma construção de um quadro descrito em circunstância particular dos dois estados; onde o estado natural é muito mais do que de um período histórico ou de uma particular experiência histórica, trata-se de uma categoria teórica que facilita a compreensão do homem presente e suas opressões. E está fora de dúvida que Rousseau serve-se do estado natural como de uma hipótese válida para constituir um termo de comparação das diversas formas de sociedades. Ensinar a respeitar o ser humano, amar a natureza e a sentir paixão pela liberdade. Mostra o caminho histórico percorrido pelo ser humano, passando do estado natureza para o estado civilizado.

A descrição do homem no seu estado natural, que havia vivido harmoniosamente com a natureza, livre de egoísmo, cobiça, possessividade e ciúme. Os homens desta dada época eram de fato iguais, viviam isolados um dos outros, e não estavam subordinados a ninguém, evitavam uns aos outros como fazem os animais selvagens. De acordo com Rousseau, cataclismos geológicos reuniram os homens para a idade do ouro, uma idade de vida comunal primitiva na

qual o homem aprendia o bem junto com o mal nos prazeres do amor, amizade, canções, danças e no sofrimento da inveja, ódio e guerra. A descoberta do ferro e do trigo iniciou o terceiro estágio da evolução humana para criar a necessidade da propriedade privada. Portanto, a natureza do homem é boa, mas a civilização a perverteu tornando-a mau.

De livre e independente como fora outrora o homem, hei-lo agora, devido a uma porção de novas necessidades submetido por assim dizer, a toda a natureza e principalmente a seus semelhantes, dos quais em certo sentido é escravo mesmo quando deles é senhor. O autor, mostra como que a civilização lhe parecia haver falseado o homem natural, agora seria necessário reconstituí-lo. E é através da educação que se deve proteger o homem, e que toda maldade vem da fraqueza. A criança é má porque é fraca, tornai-a forte, e será boa. Sugere ainda que a natureza seja observada e os caminhos por ela traçados sejam seguidos continuamente ela exercita as crianças, endurece o seu temperamento com provas de toda espécie, ensina-lhes, muito cedo, o que é uma dor e o que é um prazer.

Em lugar de resguardar no ar confinado de um quarto, que o levem diariamente para os prados. Que corra, que se debata, que caia cem vezes por dia, tanto melhor. Mais cedo aprenderá a se levantar. Acrescenta o autor que a criança deve ser colocada na exclusiva dependência das coisas e que nunca seja oferecido a sua vontade senão obstáculos físicos ou punições que nasçam das suas próprias ações e que ela se lembre disso sempre. Sem a proibir de agir mal é suficiente que ela se sinta impossibilitada de agir nesse sentido. A experiência ou a impotência apenas deve lhe servir de lei. A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste em garantir o coração contra o vício e o espírito contra o erro e não em ensinar a virtude nem a verdade. Para ele, toda a educação da criança devia surgir de desenvolvimento livre da sua própria natureza, de suas próprias potencialidades, de suas inclinações naturais. Sua vontade não devia ser contrariada.

Na concepção de Rousseau, por educação negativa não sustentava uma ausência completa de educação, mas uma educação diferente das práticas educativas geralmente aceitas. Ele escreve que chama e considera educação à que tende a formar prematuramente o espírito da criança e instruí-la nos deveres de homem. E essa educação tende a aperfeiçoar os órgãos que são os instrumentos do conhecimento e que busca preparar o caminho para a razão, pelo exercício adequado dos sentidos. Propõe que a natureza determina que as crianças sejam

crianças antes de serem homens. A criança por si só vai aprender a ler, sem ser ensinada.

Dando seqüência as idéias do autor, ele determina que depois da criança ser educada puramente para si mesma e por si mesma, onde o amor-próprio tem sido a motivação orientadora, a autoperfeição e o auto desenvolvimento, o último fim. Agora o jovem deve ser educado para a vida em comum e para as relações sociais. O amor aos semelhantes deve tornar-se a força motora principal; o desenvolvimento emocional e a perfeição moral, o objetivo. E depois desta etapa, sua educação deve ser estritamente moral e religiosa, pois até então, não fora levada a ter contato com os outros, e provavelmente nunca ouviu o nome de Deus. E quando começa a sentir a sua existência moral deve, então indagar sobre as suas relações com a humanidade.

À luz do autor, não se educa a criança nem para Deus, nem para a vida em sociedade, mas sim para si mesma: "Viver é o que eu desejo ensinar-lhe. Quando sair de minhas mãos, ele não será magistrado, soldado ou sacerdote, ele será, antes de tudo, um homem"<sup>20</sup>.

Finalmente o aluno somente entraria na sociedade quando a tendência para a socialização surgisse como uma de suas necessidades naturais. Isto aconteceria na adolescência, após o desenvolvimento da razão. Diz Rousseau: "Ele antes tinha apenas sensações, agora ele julga"<sup>21</sup>.

Somente neste ponto que ele vai entrar na sociedade educada de uma grande cidade. Ele agora poderá entender o que significa ser um cidadão. Esta educação proposta pelo Jean-Jacques, é baseada no Emílio que portanto deve ser criado em um meio rural em vez de um ambiente urbano, de modo que ela possa desenvolver em continuidade com a natureza mais que em oposição a ela. Os primeiros impulsos da criança são permitidos a desenvolver, mas não canalizados para um respeito puro para com as pessoas, um respeito nascendo do amor próprio e não do orgulho.

---

<sup>20</sup> Maria Lúcia de Arruda ARANHA & Maria Helena Pires MARTINS. *Filosofando: introdução à filosofia*, p226.

<sup>21</sup> Jean-Jacques ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem da desigualdade*, h.t.m: //WWW.

---

# Apêndice

---

# Jean-Jacques Rousseau (1712-1788)



Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778, studying botany  
in Ermenonville; 1778, etching by J.B.M. Dupréel

---

# Conclusão

---

**A**o término deste trabalho pode-se dizer que Rousseau cria a hipótese dos homens em estado de natureza, vivendo sadios, bons e felizes enquanto cuidam de sua própria sobrevivência. Assim, enquanto se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitam a costurar com espinhos ou com cerdas suas roupas de peles, a enfeitar-se com plumas e conchas, viveram tão felizes, livres e sadios quanto poderiam ser por sua natureza, e desde que se percebeu ser útil a um só, contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduzindo-se a propriedade.

Rousseau estabeleceu a propriedade como sendo a introdutora da desigualdade entre os homens, a diferenciação entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância da lei do mais forte. O homem que surge é um homem corrompido pelo poder e esmagado pela violência.

Compreende-se desta forma que a propriedade foi a verdadeira fundadora da sociedade civil. No entanto, essa idéia de propriedade depende de muitas idéias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formando de uma só vez no espírito humano.

Foram necessário progressos que transmitidos e aumentados de século em século, antes de se chegar a esse derradeiro limite do estado de natureza.

Tal foi, ou deve ter sido, a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o forte, destruíram em definitivo a liberdade natural fixando para sempre a lei da propriedade e da desigualdade. De uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí para frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e a miséria.

O que a reflexão ensina a este propósito, a observação confirma perfeitamente, o homem selvagem e o homem policiado diferem de tal modo, tanto no fundo do coração quanto nas suas inclinações, que aquilo que determina a

felicidade de um reduziria o outro a desespero. O primeiro só almeja o repouso e a liberdade, só quer viver e permanecer na ociosidade com a maior indiferença por qualquer outro objeto. Por conseguinte, o cidadão, ao contrário, sempre ativo, cansa-se, agita-se atormenta-se sem cessar para encontrar ocupações ainda mais trabalhosas, trabalha até a morte, corre no seu encalço para colocar-se em situação de viver ou renunciar à vida para adquirir a imortalidade, corteja os grandes que odeia, e os ricos, que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los, vangloria-se orgulhosamente de sua própria baixeza e da proteção deles, e orgulhoso de sua escravidão, refere-se com desprezo aqueles que não gozam a hora de partilhá-la.

Coloca-se em questão que, o selvagem vive em si mesmo, o homem sociável, sempre fora de si, só sabe viver baseando-se na opinião dos demais e chega ao sentimento de sua própria existência quase que somente pelo julgamento destes, e quando fala do estado natural, o autor, muito mais do que um período histórico ou de uma particular experiência histórica, trata de uma categoria teórica que facilita a compreensão do homem presente e suas opressões. Serve-se do estado natural como de uma hipótese válida constituir um termo de comparação das diversas formas de sociedade.

O que há de comum entre os filósofos contratualistas é que eles partem da análise do homem em estado de natureza, isto é, antes de qualquer sociabilidade, quando, por hipótese, desfruta de todas as coisas realizando os seus desejos e são donos de um poder ilimitado. No estado de natureza o homem tem direito a tudo, esse direito é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida.

Rousseau, alerta para não se concluir sobre ser necessário um retorno ao estado de natureza, ou seja, não pretendia que o homem retornasse à primitiva igualdade, ao estado natural. A simplicidade original está perdida. Devendo-se não ficar muito afastado da natureza.

Os pressupostos básicos do autor com respeito à educação, buscam a espontaneidade original, livre da escravidão aos hábitos exteriores, a fim de que o homem seja dono de si mesmo, agindo por interesses naturais e não por constrangimento exterior e artificial.

Percebe-se que essa educação consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. É um processo que faz com que a criança aprenda a pensar, não como um processo que vem de fora para dentro, ao contrário, como desenvolvimento interno e natural. Esse desenvolvimento adequado é estimulado, a bondade natural do indivíduo pode ser protegida da influência corruptora da sociedade.

Entende-se que o homem e a educação projetada por Rousseau ainda não encontraram êxito na sociedade, pois, o afastamento completo do convívio com os elementos sociais, para que não haja uma contaminação, é impossível. Sendo assim, a liberdade roussiniana demandaria uma liberdade maior, não condizente com a realidade.

---

**Referências  
Bibliográficas**

---

## Obras de Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad Alfredo Bosi, 2ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ENCICLOPEDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1979.

ENCICLOPEDIA BARSA. Vol 12, Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

JOSPIASSU, Hilton & DANILO, Marcondes. **Dicionário básico de filosofia**. 2ª ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

## Bibliografias

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução a filosofia**. 2ª ed, São Paulo: Moderna, 1992.

BUZZI, Ancângelo. **História da filosofia ocidental**. 2ª ed, São Paulo, 1967.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12ª ed, São Paulo: Ática, 1999.

CORBISIER, Roland. **Introdução a filosofia.** 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** 14ª ed, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** 10ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano: segundo tratado sobre o governo.** 5ª ed, São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MAUROIS, André. **Biblioteca do pensamento vivo: o pensamento vivo de Voltaire.** São Paulo: Martins, 1967.

MONROE, Paulo. **História da educação: nova tradução e notas de Idel Becker.** 13ª ed, São Paulo: Nacional, 1978.

PADOVANI, Umberto & CASTAGNOLA, Luís. **História da filosofia.** São Paulo: Melhoramentos, 1954.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dário. **História da filosofia: do humanismo a Kant.** 4ª ed, São Paulo: Paulus, 1990.

ROBBIO, Norberto. **Thomas Hobbes.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

ROSSI, Roberto. **Introdução à filosofia: história e sistema.** São Paulo: Loiola, 1996.

RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental.** 2ª ed, São Paulo, 1967.

## **Internet**

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade.** H.t.m: //WWW.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Consciência.** HTTP: //WWW. Org.